



**A Educação no Brasil Colonial:
Da Religiosidade Católica ao Despotismo Esclarecido (1549-1820)**

Flávio Reis dos Santos¹

Resumo: O objetivo do presente escrito é de contextualizar historicamente os processos que caracterizaram as práticas de ensino em terras brasileiras durante o período colonial, concentrados primeiramente na catequização e conversão dos povos da terra à fé cristã-católica pela ação educativa de religiosos jesuítas, destacando o seu poder e influência junto ao Vaticano para a elaboração e determinação das diretrizes educativas/educacionais, que resultaram na construção do *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesus*, responsável pela consolidação do Sistema Educacional Jesuítico. Apresentamos também, as contradições que dominaram as terras portuguesas entre o segundo e o terceiro quartos do século dezoito, marcadas pela oposição entre a fundamentação religiosa católica jesuítica e a concepção racionalista orientada pela lógica; entre o anseio por transformações contrapostos à preservação das tradições do passado; e, entre a defesa da fé cristã contraposta à evolução científica de fundamentação iluminista. Apontamos ainda, que as reformas propostas pelo Marquês de Pombal, assentadas no desenvolvimento da indústria, no expansionismo comercial no financiamento burguês não foram suficientes para promover transformações significativas no campo da educação, sendo completamente desprezadas e/ou descartadas a partir da inauguração do reinado de Dona Maria I em 1777.

Palavras-Chave: Educação. Pedagogia Jesuítica. Companhia de Jesus. Reformas Pombalinas.

**Education in Colonial Brazil:
From Catholic Religiosity to Enlightened Despotism (1549-1822)**

Abstract: The purpose of this paper is to contextualize historically the processes that characterized the teaching practices in brazilian lands during the colonial period, focusing primarily on the catechization and conversion of the peoples of the earth to the christian-catholic faith through the educational action of jesuit religious, highlighting their power and influence with the Vatican for the elaboration and determination of the educational/educational guidelines that resulted in the construction of the *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesus*, responsible for the consolidation of the Jesuit Educational System. We also present the contradictions that dominated the Portuguese lands between the second and third quarters of the eighteenth century, marked by the opposition between the jesuit catholic religious foundation and the rationalist conception guided by logic; between the yearning for transformations opposed to the preservation of the traditions of the past; and between the defense of the christian faith opposed to the scientific evolution of enlightenment. We also point out that the reforms proposed by the Marquis of Pombal based on the development of industry, commercial expansionism in bourgeois financing were not sufficient to

¹ Pós-Doutor em Educação Rural pela Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar), Pós-Doutorando em Geografia Agrária pela Universidade Federal de Goiás (PPGGC/UFG), Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (PPGAS/UEG). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Rural no Brasil (NEPERBR/UEG). Bolsista do Programa de Bolsa de Incentivo ao Pesquisador da Universidade Estadual de Goiás (BIP/UEG).



promote significant transformations in the field of education, being completely neglected and/or discarded from the inauguration of the reign of Dona Maria I in 1777.

Keywords: Education. Jesuit Pedagogy. Company of Jesus. Pombaline Reforms.

Educação Jesuítica: Fundamentos Teórico-Metodológicos (1549-1759)

O interesse e a preocupação da Coroa Portuguesa com as terras brasileiras, em princípio, foram pequenos, visto que até 1530, as ações se concentraram exclusivamente em algumas expedições exploratórias e à extração da primeira riqueza aqui encontrada: o pau-brasil². As primeiras tentativas de colonização foram concentradas no sistema de capitanias hereditárias e na monocultura da cana de açúcar, medidas que reafirmavam as práticas econômicas pré-capitalistas concentradas na propriedade de vastas extensões de terras e na exploração do trabalho escravo, primeiramente, das populações indígenas e, mais tarde, de incontáveis contingentes negros africanos. Portanto, a estrutura econômica colonial orientou-se pelo trinômio latifúndio-monocultura-escravatura, expressão do poder do senhor de engenho que assegurou a materialização da sociedade patriarcal brasileira.

A economia agrícola assentada na monocultura da cana de açúcar para exportação monopolizada pela Metrópole portuguesa lhe assegurava o total controle sobre a produção de açúcar brasileiro, contudo, o processo de refino era realizado em países como a Holanda, França e Inglaterra. Nesse contexto, se faz importante apontar que a educação não constituía preocupação política de Portugal ou tão pouco dos mandatários locais, pois as atividades agrícolas não demandavam qualquer formação especializada. As atenções, de fato, da Metrópole se voltaram para a aceleração da colonização, tendo em vista evitar possíveis invasões estrangeiras – ingleses, franceses e holandeses – e assegurar a posse das terras no continente americano.

Na perspectiva de efetivar as suas intenções colonizadoras, o Reino Português vinculado ao conservadorismo medieval representado pela Igreja Católica enviou para o Brasil evangelizadores para desenvolver trabalho pedagógico centralizado na catequização e conversão das diversas etnias indígenas à fé cristã. Os franciscanos foram os primeiros missionários a aportarem em território brasileiro no ano de 1500 acompanhando Pedro Álvares Cabral. Dezesesseis anos depois, chegavam à Porto Seguro dois frades franciscanos, mortos em 1518 pelos índios bahianos. Mais dois grupos de franciscanos chegaram ao Brasil: o primeiro desembarcou em 1537

² A resina do pau-brasil era amplamente utilizada pelas manufaturas têxteis da Europa para tingir tecidos de alto padrão.



e integrava a Armada de Martim Afonso de Souza; o segundo grupo de evangelizadores, constituído por cinco frades espanhóis, realizou importantes atividades de catequização dos índios Carijós a partir de São Francisco do Sul (antigo Porto de Dom Rodrigo) (SAVIANI, 2010).

A técnica desenvolvida pelos frades franciscanos de percorrer as aldeias indígenas – associando instrução e catequese – que, mais tarde caracterizaria a atuação dos jesuítas, enviados ao Brasil pelo monarca português D. João III, apoiada tanto pelas cortes portuguesas quanto pelas autoridades coloniais brasileiras. A ação e atuação missionárias realizadas pelos jesuítas não apenas contribuíram, mas asseguraram a unidade política metropolitana na medida em que vinculavam a fé à consciência humana. A educação religiosa católica, sobretudo, a pedagogia jesuítica, esteve em definitivo à serviço da colonização portuguesa em terras brasílicas.

Ressaltamos que os jesuítas passaram a conduzir a educação de forma mais orgânica e hegemônica no transcorrer dos dois primeiros séculos dedicados à colonização do Brasil, que podem ser destacados por dois períodos: 1) Período Heróico (1549-1570) expresso pelo esforço de construção de um sistema educacional; marcado pelo aprendizado da língua tupi-guarani e, por sua organização gramatical, efetuada pelo Padre José de Anchieta; 2) Período de Consolidação do Sistema Educacional Jesuítico (1570-1759), respaldado pelo *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesus* (Plano e Organização de Estudos da Companhia de Jesus)³.

O primeiro período da educação jesuítica foi caracterizado pela utilização do “Plano de Instrução”, construído pelo Padre Manuel da Nóbrega. Iniciava-se com o ensino da língua portuguesa para os indígenas, sucedido pela doutrina religiosa católica, depois pela escola de ler e escrever, canto orfeônico e música e, por fim, pelo ensinamento profissional e agrícola de um lado, ou pela gramática latina para aqueles que pretendiam prosseguir seus estudos em nível superior na Universidade de Coimbra.

Demerval Saviani (2010) argumenta que o “Plano de Instrução” de Nóbrega continha grande preocupação realista, pois considerava as especificidades da colônia brasílica, o que o manteve atento:

[...] à necessidade de prover as condições materiais dos colégios jesuítas envolvendo a

³ Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou *status* de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas. Não estava explícito no texto o desejo de que ela se tornasse um método inovador que influenciasse a educação moderna, mesmo assim, foi ponte entre o ensino medieval e o moderno (TOLEDO; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, s/d).



posse de terra para a construção dos colégios, a sua manutenção, o que implicava suprir os víveres que envolviam a criação de gado e o cultivo de alimentos como a mandioca, o milho, o arroz, a produção de açúcar, de panos e, para realizar regularmente essas tarefas, a aquisição e manutenção de escravos (SAVIANI, 2010, p. 44).

Uma das principais estratégias empregadas pelos jesuítas para organizar o ensino foi a sua focalização nas crianças, na medida em que foram enviados para as terras brasileiras meninos órfãos de Lisboa; abrigados primeiramente no Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia e, depois, no Colégio de Jesus de São Vicente, a partir dos quais Nóbrega pretendeu estabelecer outros colégios ao longo da costa litorânea brasileira. O Colégio da Bahia constituía ponto de apoio e difusão “para os Colégios de Olinda, Ilhéus, Porto Seguro e Espíto Santo, chegando até o Paraguai” (SAVIANI, 2010, p. 43).

Manuel da Nóbrega procurou articular as suas concepções educacionais entre a Filosofia da Educação – “tradicional religiosa na versão católica da Contrarreforma” –, a Teoria da Educação – “organização dos meios considerados adequados para se culminarem os fins preconizados: a sujeição dos gentios, sua conversão à religião católica e sua conformação disciplinar, moral e intelectual” –, e a Prática Pedagógica – “realização efetiva do processo de ensino-aprendizagem” (SAVIANI, 2010, p. 44).

O espanhol José de Anchieta, por seu turno, ao considerar objetivos, meios e fins concentrou a sua trajetória na mesma articulação pedagógico-educacional de Nóbrega; muito rapidamente dominou a língua falada pelos índios brasileiros, organizou a sua gramática, “para dela se servir no trabalho pedagógico realizado na nova terra. Fez-se, assim, em plenitude um agente da ‘Civilização pela palavra’, marca distintiva da Contrarreforma” (SAVIANI, 2010, p. 45).

A partir da organização gramatical da língua geral dos povos da terra, Anchieta construiu um catecismo bilíngue⁴ – tupi-português –, constituído por perguntas e respostas, que condenava enfaticamente os hábitos e costumes indígenas, considerados “profanos” e exaltava os princípios cristãos-católicos sancionados pelo Concílio de Trento (1545-1563)⁵.

⁴ ANCHIETA, Joseph. Doutrina cristã: catecismo brasílico. São Paulo: Loyola, 2015.

⁵ Convocado pelo Papa Paulo III, o Concílio de Trento tinha por objetivo preservar a fé cristã e a disciplina eclesiástica no contexto da Contrarreforma Católica: 1º Período (1545-1548): promulgação de decretos sobre a Sagrada Escritura e a Tradição, o Pedado Original, a Justificação e os Sete Sacramentos; 2º Período (1551-1552): promulgação de decretos sobre a Eucaristia (questão da transubstanciação), a Penitência e a Extrema Unção; 3º Período (1562-1563): convocado pelo Papa Pio IV. Vários decretos foram promulgados, mas a centralidade encontra-se nos decretos tridentinos, principais referências do direito eclesiástico até a promulgação do Código Direito Canônico de 1917.



O “Catecismo Brasílico” foi sistematicamente utilizado para o ensino-aprendizagem das primeiras letras – tanto em português quanto em tupi – e como material didático de apoio do processo pedagógico nos colégios jesuíticos. Em meados de 1570, a Colônia brasileira contava com escolas de primeiras letras em Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga, além dos Colégios de Salvador, Pernambuco, São Vicente e Rio de Janeiro. As escolas de primeiras letras foram gradativamente absorvidas pelos colégios da Companhia de Jesus, contrariando os seus princípios constitucionais de que a sua atuação se restringiria ao ensino secundário.

O estabelecimento dos colégios jesuíticos em território brasileiro e, sobretudo, a sua manutenção, decorreram diretamente das atividades rurais, mais especificamente, da criação de gado e da produção agrícola de cana de açúcar. A pedagogia desenvolvida pelos inacianos⁶ foi reafirmada pela Igreja Católica ao aprovar o *Ratio Studiorum* (1548-1599), constituído por um conjunto de normas conciso, que especificava a regulação de cada atividade a ser realizada no interior do colégio, tendo em vista assegurar a excelência do ensino praticado pela Companhia de Jesus, compartimentadas em três classes: 1) Administração do Colégio: desenvolvida por um reitor e pelos prefeitos de estudos; 2) Currículo; 3) Método de Ensino: mnemônico.

Esclarecemos que o método mnemônico – utilizado nas universidades medievais assentava-se nos seguintes princípios: 1) Rígido controle disciplinar das normas pedagógica; 2) Memorização (aprendizagem mnemônica); 3) Competição entre os grupos de alunos da mesma classe, orientados por exercícios de fixação dos conhecimentos (perguntas e respostas); 4) Composição de textos (redação) a partir dos temas estudados com a classe; 5) Interrogações, construídas a partir das obras latinas estudadas; 6) Exposição oral dos conhecimentos apreendidos/aprendidos, considerando o exercício da retórica (declamação); 7) Sistemática prática de exercícios religiosos (espirituais).

Destacamos a retórica como principal elemento do sistema pedagógico contido no *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesus*, tomando em empréstimo as palavras de João Adolfo Hansen (2000):

Nos colégios jesuíticos, desde cedo os alunos aprendiam uma arte da memória que reatualizava as técnicas mnemônicas na Retórica para Herênio e nos tratados de Cícero e

⁶ Aquele que se relaciona com a Companhia de Jesus, ordem religiosa criada por Santo Inácio de Loyola (1491-1556) – espiritualidade inaciana, jesuítas.



Quintiliano. Não se tratava de mera memorização mecânica ou de erudição passiva. A extraordinária ênfase posta na memória visava a exercitar, pela repetição dos lugares comuns da erudição a rapidez da invenção e da elocução, teorizada como engenho ou perspicácia e versatilidade. [...] A “civilização pela palavra” correspondia à divulgação católica da Retórica antiga em duas frentes: de um lado, o ensino específico das técnicas e, ainda, das artes e das letras em geral, segundo o modelo generalizado da Retórica aristotélica e das suas versões latinas nos colégios jesuíticos; de outro, o uso particular de seus preceitos, estilos e erudição pelos pregadores nas variadíssimas circunstâncias do magistério da fé (HANSEN, 2000, p. 31).

A sequência da escolarização para os meninos brancos ultrapassava os limites da escola de ler e escrever – fundamental no processo de catequização dos povos indígenas –, que podia se encaminhar para: 1) Humanidades (estudos inferiores): ensino do latim e gramática; 2) Filosofia e Teologia (estudos superiores): esta formação contribuiu de forma efetiva para a continuação da obra jesuítica inaugurada no Brasil em 1549. O Plano de Estudos da Companhia de Jesus no Brasil se restringiu à formação dos padres catequistas que, segundo Demerval Saviani configurou a organização do curso de humanidades (estudos inferiores) que:

[...] tinha duração de seis a sete anos e cujo conteúdo reeditava o *Trivium* da Idade Média, isto é, a gramática (quatro a cinco séries); esta, por sua vez, dividia-se em gramática inferior, média e superior, sendo que cada uma das duas primeiras podia subdividir-se em duas (inferior A e B e média A e B); a gramática era ensinada com o objetivo de assegurar expressão clara e precisa. A dialética, chamada no *Ratio* de humanidades (uma série), destinava-se a assegurar expressão rica e elegante. E a retórica (uma série) buscava garantir uma expressão poderosa e convincente. [...] o latim e o grego constituíam as disciplinas dominantes [e a estes] subordinavam-se a língua vernácula, a história e a geografia [...] (SAVIANI, 2010, p. 56).

É importante apontar que o currículo filosófico (estudos superiores) tinha duração de três anos, sendo constituído pelas disciplinas de Introdução às Ciências e Lógica no primeiro ano; Matemática, Física, Cosmologia e Psicologia no segundo ano; Filosofia Moral, Metafísica e Psicologia no terceiro ano. O currículo teológico, por sua vez, tinha a oferta da teologia escolástica nos quatro anos de duração do curso; além de Teologia Moral e Sagrada Escritura por dois anos; e, Língua Hebraica por um ano (SAVIANI, 2010).

As tradições e costumes portugueses foram inculcados nas populações nativas do Brasil, mediante a efetiva ação instrucional e catequética dos jesuítas, que entendiam que os costumes e as crenças religiosas dos índios e dos escravos negros africanos constituíam verdadeira obra do diabo, enquanto que a religião católica-cristã era apreendida como a mais pura expressão da obra de Deus. Demerval Saviani (2010, p. 47) argumenta que as concepções e práticas de instrução e catequese desenvolvidas pela Companhia de Jesus consubstanciaram “uma pedagogia brasílica, formulada e



praticada sob medida para as condições encontradas pelos jesuítas nas ocidentais terras [conquistadas] pelos portugueses”.

O maniqueísmo utilizado pelos jesuítas na colônia brasileira, sistematicamente construído e contido nos autos (poesia e teatro) de José de Anchieta, se contrapôs à emergência do protestantismo europeu do século XVI, caracterizado pelo calvinismo ascético, contrário aos gestos, às imagens, às figuras e às concepções e/ou posições afastadas da expressão objetiva das Escrituras contrária à essência da Contrarreforma, que encontrou na Ordem de Jesus a sua mais forte representação e incondicional defesa.

O conjunto de regras constituintes do *Ratio Studiorum* transpirava características universalistas, visto “que se tratava de um plano adotado indistintamente por todos os jesuítas, qualquer que fosse o lugar onde estivessem”; e, características elitistas, ao passo que se destinou à formação dos filhos do colonato e excluiu os indígenas de qualquer processo; “os colégios jesuítas se converteram no instrumento de formação da elite colonial” (SAVIANI, 2010, p. 56).

Ao alvorecer do século XVII, verificamos a institucionalização dos colégios jesuítos orientada pelo *Ratio Studiorum*, que contemplou diferentes aspectos da educação e do ensino em sua organização administrativa, programática, curricular e metodológica. A Companhia de Jesus ultrapassava a ordem dos seiscentos colégios espalhados por todo o mundo no início do século seguinte, representando o ensino tradicional e conservador, orientado pela escolástica medieval e pela ciência aristotélica, contrapostas à ciência e à filosofia modernas. A educação jesuítica insistiu no resguardo do ensino conservador, mantendo-o e mantendo-se afastada das transformações científicas representada pelo racionalismo cartesiano.

Absolutismo Ilustrado: Reformas Pombalinas (1759-1772)

O século XVIII exprime em terras portuguesas a contradição entre a fundamentação religiosa católica e a visão racionalista assentada na lógica; entre o desejo por transformações e a preservação das tradições do passado; entre a defesa da fé cristã e desenvolvimento científico orientado pela fundamentação iluminista. Entre os partidários das novas ideias estavam Sebastião José de Carvalho e Melo que juntamente com Alexandre de Gusmão, Luís da Cunha e Luís Antonio Verney, que apontavam que o desenvolvimento do Império Português deveria ser orientado com bases nas concepções empírica e utilitária.

Entretanto, era preciso libertar a educação dos grilhões da Ordem Jesuíta, que



permanecia, segundo eles, atrelada ao passado medieval e contraposta aos inovadores métodos científicos. No plano político, tais concepções impuseram pressão ao monarca Dom João V, todavia as novas proposições se imporiam, de fato, a partir da nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo⁷ como ministro (Secretaria do Exterior e da Guerra) do rei Dom José I.

O diplomata Sebastião José de Carvalho e Melo ganhou proeminência no interior da administração do Estado português e, em 1756 – investido de poderes plenos – passa a exercer o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o posto mais alto na estrutura de governo lusitano. Em 1759 é agraciado com o título de “Conde de Oeiras” e em 1769 com o título de “Marques de Pombal”. Extremamente perspicaz, Pombal agiu firmemente para reconstruir a cidade de Lisboa atingida por um terremoto em 1755. Se fortaleceu politicamente em decorrência da busca permanente por apoio das cortes e da burguesia portuguesa, o que contribuiu para a concentração de poder em suas mãos, que por sua vez, possibilitou colocar em movimento seu projeto de modernização de Portugal, tendo como ponto inicial o afastamento total da Inglaterra dos assuntos comerciais e econômicos do país ibérico.

Na esteira da reurbanização de Lisboa o Marquês de Pombal implantou o “despotismo esclarecido” em território português, regime que se manteve em vigor até a Revolução Liberal do Porto (1820)⁸. Aos quinze dias do mês de junho de 1775, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo apresenta ao rei Dom José I, nove princípios básicos do novo Estado português; “1) desenvolvimento da cultura geral; 2) incremento das indústrias; 3) progresso das artes; 4) progresso das letras; 5) progresso científico; 6) vitalidade do comércio interno; 7) riqueza do

⁷ Nasceu em 1699, embora sua família fosse nobre não era rica, visto que dedicava à magistratura, portanto, uma nobreza togada. Nessa condição, a ascensão social se daria em função das posses e dos cargos públicos ocupados. Em realidade, Carvalho e Melo estava situado entre a nobreza e a burguesia. Suas ambições políticas somente frutificaram quando foi morar na Inglaterra no exercício do cargo de diplomata; onde permaneceu por cinco anos e desenvolveu verdadeira aversão àquele país que, em seu entendimento, representava grande ameaça ao domínio português no Brasil. Seguindo em trajetória diplomática, em dezembro de 1744 foi enviado para a Áustria, onde conheceu a Imperatriz Maria Tereza (déspota esclarecida), que realizou sistemática reforma na educação, submetendo-a à dominação do Estado e, portanto, afastando-a da influência e interferência da Igreja Católica. Essas experiências seriam fundamentais na atuação de Carvalho e Melo como ministro de Dom José I (SAVIANI, 2010, p. 80).

⁸ Influenciados pelas ideias difundidas pela maçonaria e pelos liberais emigrados da Inglaterra, os portugueses questionavam e criticavam a permanência da Corte no Brasil (Rio de Janeiro). O Movimento remete as suas origens ao ano de 1817, quando Gomes Freire de Andrada lidera uma revolta com o objetivo de instituir uma república em Portugal. O líder revoltoso e seus “irmãos maçons” foram sistematicamente perseguidos e proibidos de reunião tanto em Portugal quanto no Brasil. No final de agosto de 1820, militares irritados com a falta de pagamento de seus soldos unidos aos comerciantes, nobres e religiosos descontentes com a Coroa Portuguesa deram início ao movimento liberal que rapidamente se espalhou para outras cidades. Os portugueses exigiam o imediato retorno de Dom João para Lisboa, com o objetivo de restaurar a “dignidade” metropolitana, ou seja, o monopólio comercial sobre a Colônia brasileira.



comércio externo; 8) paz política; 9) elevação do nível de riqueza e bem-estar” (SCHWARCZ, 2002, p. 113).

O despotismo esclarecido português submeteu as instituições sociais e políticas ao poder central; extinguiu os privilégios de nascimento da nobreza e, em contrapartida exaltou a importância dos agentes da indústria e do comércio para a economia portuguesa; estabeleceu a política dos diretórios, cujo objetivo foi retirar as populações indígenas do controle dos jesuítas (1757), expulsos de todas as terras portuguesas em 1759 e, ainda:

[...] vinculou a Igreja ao Estado, tornando-a independente de Roma (1760); criou o Colégio dos Nobres (fundado em 1761 e aberto em 1766); aboliu a diferença entre cristãos velhos e novos (1768); criou a Real Mesa Censória (1768); secularizou a Inquisição, tornando-a um instrumento do Estado (1769); decretou a reforma dos estudos menores (1769) e dos estudos maiores (1772) (SAVIANI, 2010, p. 82).

Sessenta e oito dias antes de instituir a lei que determinou a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias, Dom José I, por meio do Alvará de 28 de junho de 1759⁹, estabeleceu o fechamento dos colégios jesuítas e sua substituição pelas aulas régias¹⁰, mantidas pela Coroa Portuguesa. Tinha fim a hegemonia jesuítica sobre a educação – vinte e quatro colégios da Companhia de Jesus encerraram as suas atividades no Brasil.

Estudos Menores

O Alvará de Dom José I de 1759 se limitou a reorganizar os estudos menores, privilegiando as humanidades (gramática latina, grego e retórica) no ensino médio. As aulas régias de primeiras letras (ensino fundamental) somente receberiam atenção em 1772. Vejamos algumas das principais especificações contidas no Alvará de 28 de junho:

1) Diretor de Estudos: responsável pela supervisão do ensino e pela construção de relatório anual sobre as condições e desenvolvimento do ensino, tendo em vista coibir possíveis abusos e fornecer os meios “mais convenientes para o adiantamento das escolas”; repreender aqueles professores que por ventura deixarem de cumprir com as suas responsabilidades e informar à Sua

⁹ Texto completo transcrito em: CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834). Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2002.

¹⁰ As aulas régias pertenciam ao rei, ao Estado e não mais à Igreja Católica, constituiu-se na primeira forma de ensino público em nosso País. O sistema de aulas régias no Brasil da virada do século XVIII para o XIX permaneceu praticamente inalterado, estendendo-se ainda para o primeiro reinado. Houve um grande descompasso entre o proposto pelo governo monárquico – tanto o português quanto o brasileiro, após a independência – e aquilo que as condições sociais e econômicas viriam permitir, dentro de um modelo produtivo excludente e escravista (CARDOSO, 2004, p. 190).



Majestade os nomes daqueles que insistem em não reparar os seus erros para que sejam devidamente castigados com a destituição do cargo e demais penalidades;

2) Professor de Gramática Latina: abertura de classes gratuitas de gramática latina em todos os bairros de Lisboa e sua respectiva ampliação na devida proporção do aumento da população da cidade; à desproporcional concentração populacional nos bairros deverá ser compensada com o estabelecimento de “oito, nove ou dez classes repartidas pelas partes que parecerem conveniente ao Diretor de Estudos”, responsável pela nomeação de professores custeados pela Coroa Portuguesa. O “Novo Método da Gramática Latina” do Padre Antônio Pereira (Congregação do Oratório)¹¹ ou a “Arte da Gramática Latina” reformulada por Antônio Félix Mendes deverá ser adotada em todas as classes. Fica terminantemente proibida a “Arte de Manoel Álvares” praticada nos colégios jesuítas. A seleção dos professores que deverão se estabelecer em cada vila de cada província será realizada por “rigoroso exame feito por dois professores régios escolhidos pelo Diretor Geral”; o candidato deverá contemplar os requisitos de “bons e provados costumes e de ciência e prudência”; a todos os professores régios será concedido o privilégio de nobreza;

3) Professor de Grego e Professor de Retórica: haverá quatro professores de grego e quatro de retórica em Lisboa; dois de grego e dois de retórica em cada uma das cidades de Coimbra, Évora e Porto; e um de grego e um de retórica “em cada uma das outras cidades e vilas que forem cabeças de comarca, gozando todos dos mesmo privilégios daqueles de Lisboa” (SAVIANI, 2010, p. 84). Os alunos que obtiverem excelente aproveitamento no decorrer de todo o ano, devidamente atestado pelos seus professores por meio de exames públicos “terão preferência em todos os concursos das quatro Faculdades de Teologia, Cânones, Leis e Medicina em relação àqueles que não alcançaram notório aproveitamento” (SAVIANI, 2010, p. 84).

Para assumir a Direção Geral de Estudos do Reino e Ultramar foi nomeado em 6 de julho de 1759, o cônego Dom Tomás de Almeida, que realizou o primeiro processo de seleção para o ingresso no novo magistério. Quatro professores de latim e dois de retórica foram nomeados em 15 de agosto de 1759. Decorridos dois anos, o Diretor Geral havia conseguido do monarca português apenas a nomeação de professores régios para as cidades de Lisboa, Coimbra, Évora e Porto. Do

¹¹ A Congregação do Oratório ou Congregação Oratoriana assumiu o lugar da Companhia de Jesus, utilizava a língua portuguesa no lugar do latim e possuía uma concepção iluminista do mundo em contraposição àquela defendida pelos inicianos.



outro lado do Atlântico, o primeiro concurso para a seleção de professores régios ocorreu em 20 de março de 1760, na cidade de Recife e, em 7 de maio do mesmo ano na cidade do Rio de Janeiro. Todavia, as nomeações não aconteceram, após cinco anos da realização do concurso nenhum professor havia sido nomeado para o serviço público no Brasil (CARDOSO, 2002; SAVIANI, 2010).

Estudos Maiores

As transformações no ensino superior tiveram início em agosto de 1772 a partir da reforma da Universidade de Coimbra. O processo de reorganização da instituição remete o seu ponto de partida à criação da Junta de Providência Literária (23/12/1770), que dentre os seus membros contava com os brasileiros Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho e João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, cuja principal incumbência era construir os novos estatutos/regimentos da Universidade.

Segundo Demerval Saviani (2010), os trabalhos empreendidos pela Junta ocuparam todo o ano de 1771 e metade do ano de 1772 e tomaram por orientação os escritos de Luís Antônio Verney – “No Verdadeiro Método de Estudar” – e de Antônio Nunes Ribeiro Sanches – “Cartas sobre a Educação da Mocidade” e “Método para Aprender a Estudar a Medicina”. A Universidade de Coimbra que até então era constituída pelas Faculdades de Teologia, Cânones, Direito e Medicina teve incorporadas as de Filosofia e Matemática.

As transformações implementadas nas Faculdades de Teologia, Cânones e Direito se ocuparam da diminuição do tempo de duração dos cursos e da criação e substituição de disciplinas (cadeiras), mais adequadas ao contexto da época. No curso de teologia, por exemplo, que tinha duração de cinco anos, em substituição a quatro cátedras e três catedrilhas, foram criadas oito cadeiras, sendo: quatro “grandes cadeiras” – teologia moral, teologia litúrgica e duas de escrituras, uma para o Antigo e uma para o Novo Testamento; e, quatro “pequenas cadeiras” – uma de história eclesiástica e três de teologia dogmático-polêmica. O ingresso no curso estava condicionado a uma idade mínima de dezoito anos e prévio domínio de latim, retórica, filosofia, metafísica e ética. A conclusão exitosa dos cinco anos do curso dava ao estudante o título de bacharel e “para obter os graus de licenciatura e doutoramento precisava realizar mais um ano e meio de estudos” (SAVIANI, 2010, p. 91).



Tanto os cursos de direito quanto o curso de cânones, foram aligeirados em três anos, ou seja, a duração que era de oito anos foi reduzida para cinco anos. A Faculdade de Cânones passou a ter sete cadeiras: história da igreja universal e portuguesa e de direito canônico português (subsidiária); instituições do direito canônico (elementar); Decreto de Graciano (uma sintética e duas decretais); direito canônico (duas analíticas). As Faculdades de Direito por seu tempo passaram a ter oito cadeiras: história civil dos povos (subsidiária); direito romano e direito português (subsidiária); direito romano (duas sintéticas); direito pátrio (sintética); direito civil romano (analítica); direito pátrio (analítica). Acrescentava-se ainda, “a cadeira de direito natural, público universal e das gentes” às sete cadeiras da Faculdade de Cânones e às oito das Faculdades de Direito (SAVIANI, 2010, p. 91).

As alterações mais significativas se direcionaram ao curso de medicina, que passou a ter duração de cinco anos com seis cátedras em cada ano: matéria médica; anatomia; operações cirúrgicas; arte obstetrícia; aforismo; e no último ano, duas cadeiras fechavam o curso, prática de cirurgia e prática médica. A centralidade nos exercícios práticos e nas ciências experimentais foi robustecida pelos estudos provenientes das Faculdades de Filosofia e Matemática, substituindo os estudos de caráter livresco vigentes até então por estudos de caráter moderno e iluminista.

É importante ressaltar que o curso de filosofia naquela época incluía as ciências naturais. O ingresso na Faculdade de Filosofia estava condicionado a certificação anterior no curso de humanidades e ter no mínimo 14 anos de idade. Estruturado em quatro anos com quatro cadeiras: filosofia racional e moral no primeiro ano; história natural no segundo ano – o estudante tinha que frequentar as aulas de geometria no curso de matemática; física experimental no terceiro; e, química teórica e prática no último ano. A idade mínima para ingressar no curso de matemática era de 15 anos e também tinha como pré-requisito o curso completo de humanidades com ênfase em latim, além de filosofia racional e filosofia moral. Organizado em quatro anos com quatro cadeiras – geometria, cálculo, ciências físico-matemáticas e astronomia – o curso de matemática exigia do estudante ainda, a frequência às aulas de história natural e de física experimental, ofertadas pelo curso de filosofia.

A Reforma dos Estudos Maiores, materializada por meio dos renovados Estatutos da Universidade de Coimbra teve por objetivo reorientar a sociedade portuguesa com base na ideologia



iluminista europeia, a partir de uma crítica voraz ao caráter escolástico durante o período em que a universidade esteve sob o domínio dos inicianos, orientada por:

[...] minuciosa e contundente análise crítica da ética de Aristóteles, os reformadores decidiram-se a transformar radicalmente a tradicional universidade portuguesa. Para isso, substituíram as disputas escolásticas e o ensino verbalístico pelos estudos históricos nas Faculdades de Teologia, de Direito e de Cânones; em lugar do método de ensino baseado no estudo livresco expresso nos comentários nos tratados dos antigos, introduziram o método experimental, valorizando o contato entre os alunos e doentes dos hospitais públicos nos cursos de medicina e instalando laboratórios de física e química associados a instrumentos científicos para demonstração prática (SAVIANI, 2010, p. 93).

A Reforma dos Estudos Maiores da Universidade de Coimbra foi implementada no período de 22 de setembro a 24 de outubro de 1772, sob a supervisão direta do Marquês de Pombal. Todavia, há de se ressaltar que o principal propósito da reforma era de ordem política, visto que dentre as questões centrais para o governo de Dom José I estava a conciliação entre os seus interesses e os da Igreja Católica. Portanto, fazia-se premente evitar qualquer conflito com os jesuítas que pudesse conduzir à suposta identificação de “indícios doutrinários contrários à fé católica”; tratava-se mesmo, de “uma doutrina política que tinha como elemento central o regalismo¹²” (SAVIANI, 2010, p. 93).

Escola de Primeiras Letras

O rei Dom José I no preâmbulo da Lei de 6 de novembro de 1772, que tratava da Escola de Primeiras Letras, argumenta que os jesuítas destruíram a educação, após manter pleno controle sobre as letras por mais de dois séculos e aponta os esforços da Real Mesa Censória para recuperar as escolas em que se formavam os primeiros elementos de todas as Artes e Ciências, com vistas a beneficiar o maior número de pessoas possível em terras sob o domínio português. Contraditoriamente, procura justificar a impossibilidade de estender o ensino igualmente a todos os indivíduos sob seu domínio, pois nem todos teriam acesso aos Estudos Maiores, em especial, aqueles “empregados nos serviços rústicos e nas Artes Fabris, que ministram sustento dos povos e constituem os braços e mãos do Corpo Político”; para estes bastavam, segundo o Rei, as instruções dos párocos, restritas às exposições orais do catecismo ministradas aos domingos.

¹² O regalismo implica a subordinação dos assuntos da fé e da própria religião institucional ao poder secular. Era preciso tornar a censura de livros uma atribuição exclusiva do poder temporal. Daí a criação da Real Mesa Censória seguida da secularização da Inquisição, que se converteu em instrumento do Estado (SAVIANI, 2020, p. 95).



Dom José I aprova o Plano para a Escola de Primeiras Letras considerando a localização, incumbe a Real Mesa Censória da organização e funcionamento das escolas menores, devendo ser obedecidas as seguintes determinações:

- 1) Proceder aos exames de seleção dos candidatos a mestres;
- 2) Professores devem encaminhar para a Mesa Censória, desempenho individual de cada estudante sob a sua responsabilidade ao final de cada período letivo para a emissão de certificados;
- 3) Os estudantes que almejavam o ingresso na universidade tinham a obrigação de cursar um ano de Filosofia para aprender Lógica e Ética – aqui se encontra a justificativa para a inclusão das aulas régias de Filosofia Racional e Moral nos Estudos Menores;
- 4) Além dos conteúdos básicos das Escolas de Primeiras Letras, os professores de ler, escrever e contar ficavam obrigados a ensinar também, as regras de ortografia da língua portuguesa e sintaxe para que os estudantes pudessem escrever corretamente; os professores deveriam ensinar ainda, as quatro operações aritméticas, as regras de boa convivência e o catecismo;
- 5) Ficava o presidente da Mesa Censória, responsável pela nomeação secreta de ministros para realizar visitas surpresas às escolas periodicamente – de quatro em quatro meses – para verificar o desenvolvimento das atividades em seu interior;
- 6) Permissão para o ensino particular; os mestres ficam autorizados a ministrar aulas nas casas dos estudantes, contudo devem ser examinados para ingressar nos Estudos Maiores;
- 7) Os mestres para que possam exercer o magistério precisam ser examinados e aprovados pela Real Mesa Censória;
- 8) Por fim, o Plano trazia o mapa dos mestres das escolas menores com aulas régias distribuídas em Portugal e em terras sob o seu domínio.

De acordo com Demerval Saviani (2010, p. 97) em território português foram previstas “440 aulas régias de ler, escrever e contar, 205 de latim, 31 de grego, 39 de retórica e 28 de filosofia racional e moral”. Para as suas colônias distribuídas na América, África e Ásia – Brasil, Cabo Verde, Ilha do Príncipe, Angola, Moçambique, Goa e Macau – foram disponibilizadas 24 aulas de ler, escrever e contar, 212 de latim, 4 de grego, 7 de retórica e 4 de filosofia racional e moral. A distribuição das aulas régias em território brasileiro pode ser observada no quadro a seguir.



Quadro 1 – Brasil: Distribuição das Aulas Régias

Localidade	Ler, Escrever e Contar	Latim	Grego	Retórica	Filosofia	Total de Professores
Bahia	4	3	1	1	1	10
Maranhão	1	1	0	0	0	2
Mariana	1	1	0	1	0	3
Pará	1	1	0	1	0	3
Pernambuco	4	4	1	1	1	11
Rio de Janeiro	2	2	1	1	1	7
São J. Del Rei	1	1	0	0	0	2
São Paulo	1	1	0	1	0	3
Vila Rica	1	1	0	0	0	2
Total de Aulas	16	15	3	6	3	43

Fonte: Elaboração de Santos (2017) – Adaptado de Cardoso (2002, p. 155)

Apesar de representar a mais importante, mais rica e mais populosa colônia portuguesa, a quantidade de aulas régias ofertadas no Brasil era demasiadamente pequena, apenas 5,1% do total (43 aulas), sobretudo, se contraposta às 743 aulas régias (88,7%) concentradas na metrópole. Todavia, cabe ressaltar que a Lei de 6 de novembro de 1772, definitivamente complementou o conjunto de disposições normativas das reformas pombalinas empreendidas na instrução pública. Saviani (2010) argumenta que a única questão que se encontrava em aberto nesse processo era a financeira, resolvida com a “Carta de Lei” de 10 de novembro de 1772 da Real Mesa Censória, que instituiu o “Subsídio Literário”¹³.

Reformas Pombalinas em Terras Brasileiras

Com a promulgação do Alvará de 28 de junho de 1759, teve início na colônia brasileira a implantação das reformas propostas pelo Marques de Pombal a partir da realização dos exames de seleção para as cadeiras de latim e retórica na Bahia e em Pernambuco. Contudo, o desenvolvimento das aulas régias ocorreu de forma gradativa, significativamente lenta em decorrência da falta de recursos financeiros para a sua implementação. A efetivação desse processo ocorreu com a aprovação do Subsídio Literário (1772) e a sua efetivação no reinado de Dona Maria I, inaugurado em 1777 com a morte de seu pai, D. José I.

Há de se ressaltar que a orientação política do reinado de Dona Maria I se caracterizou exatamente na direção contrária dos projetos “desenvolvimentistas” do Marquês de Pombal, que

¹³ O Subsídio Literário destinava-se a suprir todas as necessidades financeiras da instrução pública, abrangendo os estudos menores e maiores e garantindo não apenas o pagamento dos salários dos e demais despesas dos professores, mas atendiam também a outras necessidades como a compra de livros, organização de museu, criação de laboratório de física, de jardim botânico, instalação de academias de ciências físicas e de belas-artes (SAVIANI, 2010, p. 99).



“caiu em desgraça, tendo sido julgado e condenado em 1781 à pena de desterro para vinte léguas [120 quilômetros] de distância da corte, vindo a falecer em 8 de agosto de 1782” (SAVIANI, 2010, p. 105).

O distanciamento de Portugal dos demais países europeus e o estreitamento com a nobreza lusitana e a Igreja Católica expressou o retorno e/ou manutenção dos antigos costumes. A perspectiva de edificação de uma nova Portugal, assentada no desenvolvimento da indústria, expansão do comércio e financiamento advindo da burguesia não promoveu, de fato, transformações significativas no campo da educação. As aulas régias pombalinas se intensificaram sob a denominação de “aulas de ler, escrever, contar e catecismo”, conduzidas pelas mãos das ordens católicas, fenômeno que marcou o retorno dos religiosos ao magistério.

O Reformismo Ilustrado foi retomado no ano de 1792, pelo príncipe Dom João, quando substituiu a sua mãe no governo português em decorrência de problemas com a sua saúde mental. Em 1799, Dom João foi nomeado “regente” do Império Português e imediatamente delegou ao ministro Rodrigo de Souza Coutinho (afilhado do Marquês de Pombal) a tarefa de conduzir os assuntos da educação. As aulas régias firmaram-se em terras brasileiras, apesar das carências e deficiências para o seu funcionamento, precárias condições materiais, baixos salários dos professores e constantes atrasos nos pagamentos, as aulas se constituíam em possibilidade da prática do ensino-aprendizagem e vinculavam-se diretamente a uma cadeira específica, ou seja, aula régia de ler e escrever, de latim, de grego, de filosofia, de retórica etc. e, frequentemente, eram realizadas nas casas dos próprios professores.

Demerval Saviani (2010) argumenta que o desenvolvimento das aulas régias não interferiu no funcionamento dos seminários e dos colégios das ordens religiosas católicas, visto que:

[...] No Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro os franciscanos, organizaram com autorização de alvará régio, curso de filosofia e teologia que funcionou como uma faculdade estruturada nos moldes na Universidade de Coimbra reformada. Embora se destinasse primordialmente à formação de sacerdotes, era frequentada também por muitos leigos. O conjunto de estudos dessa instituição abrangia *estudos menores* de grego, hebraico e retórica com a duração, de no mínimo, um ano; e *estudos maiores*, compreendendo um curso de filosofia de três anos, propedêutico ao curso de teologia, também com duração de três anos. A instituição era regida por estatutos próprios que continham as regras de funcionamento, especialmente no que se refere aos exames, tanto para a seleção de professores como para a aprovação dos estudantes (SAVIANI, 2010, p. 108).

O Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, por seu tempo, assentado nas concepções iluministas pombalinas elaborou os estatutos para a criação de um seminário em



Pernambuco e em 1798 recebeu do governo português a Carta Régia de autorização para a sua implantação. Em 16 de fevereiro de 1800, Azeredo Coutinho materializa o grande sonho de sua existência ao inaugurar o Seminário Episcopal Nossa Senhora da Graça de Olinda e aponta a centralidade de seus objetivos ao afirmar que:

Quando o habitante dos sertões e das brenhas for filósofo, quando o filósofo for habitante das brenhas e dos sertões, ter-se-á achado o homem próprio para a grande empresa das descobertas da natureza e dos seus tesouros; o ministro da religião, o pároco do sertão e das brenhas, sábio e instruído nas ciências naturais é o homem que se deseja (COUTINHO, 1966, p. 212).

Apesar de apontar a necessidade de formar cidadãos cumpridores de seus deveres com a Igreja Católica e com a sociedade, o objetivo primeiro do Seminário de Olinda era o de formar clérigos, visto que todas as atividades educacionais no interior do Seminário levavam ao curso de Teologia e ingresso na vida religiosa católico-cristã, além do desempenho de funções técnicas na difusão de conhecimentos úteis à agricultura (agroindústria açucareira) e à mineração (extração de ouro).

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, liderada pelo príncipe regente – que se tornaria rei em 1816, sob a designação de Dom João VI – exigiu do governante medidas imediatas para atender as necessidades da corte constituída por aproximadamente 15 mil pessoas, bem como para realizar a formação dos *staffs* burocrático-administrativo e militar para defender o império que teve a sua sede transferida para o Rio de Janeiro. Houve a necessidade de se modificar a organização do ensino superior praticado na Colônia, ou seja, era preciso construir um ensino superior sob o signo do Estado Nacional, sem deixar de considerar as características culturais dependentes aos quais se vinculava o Estado português.

Nesse contexto, foram criados cursos para a formação de tecnocratas para suprir as demandas do Estado – Academia Real da Marinha (1808) e Academia Real da Militar (1810) –, especialistas para a produção de bens simbólicos e, como subproduto, a formação de profissionais liberais. Foram criados os cursos de medicina e cirurgia no interior dos hospitais militares, com vistas a assegurar atendimento à Marinha e ao Exército. A Academia Militar tinha a importante tarefa de formar engenheiros de diversas especialidades – construção, mineração, química; outros cursos para a formação de profissionais não militares foram criados ainda, para atender à burocracia do Estado, como agronomia, arquitetura, economia política, química, direito.



De acordo com Demerval Saviani (2010), foram estabelecidas aulas de cirurgia na Bahia e aulas de cirurgia e anatomia (1808) e medicina (1809) no Rio de Janeiro, reafirmando a necessidade da imprescindível formação de médicos para atender aos contingentes militares. No ano de 1812 era criada a:

[...] escola de serralheiros, ofícios de lima e espingardeiros em Minas Gerais, de agricultura e de estudos botânicos na Bahia e o laboratório de química no Rio de Janeiro, onde também foi criada em 1814 a aula de agricultura. Em 1817, surge o curso de química que englobava as aulas de química industrial, geologia e mineralogia e, em 1818, o de desenho técnico, ambos na Bahia (SAVIANI, 2010, p. 113).

Os cursos de filosofia, teologia, desenho, história, música e arquitetura desempenharam papel substancial na produção de bens simbólicos; entretanto, foram os cursos de direito que cumpriram essa função com maior veemência, “pois os bacharéis tinham na atividade cotidiana, de elaborar, discutir e interpretar as leis, a tarefa principal de formular e renovar as ideologias que legitimavam as relações de dominação mantidas e dissimuladas pelo aparato jurídico” (CUNHA, 2007, p. 64).

A reorganização do ensino superior em terras brasileiras deslocou os estudos da matemática, da física, da química e da biologia dos cursos de filosofia – hegemonia da Igreja Católica – para os cursos de medicina, para a Academia Real Militar e, posteriormente, para a Escola Politécnica. De acordo com as afirmações de Luiz Antônio Cunha (2007) foi com a:

[...] importação dos livros-textos daquelas ciências, e com o retorno de brasileiros que estudavam na Escola Politécnica de Paris (onde lecionava Augusto Comte), o positivismo veio a se firmar como a ideologia dos médicos, dos engenheiros, dos oficiais do exército e dos professores secundários das disciplinas científicas. Eles passaram a ser os ideólogos das frações progressistas das classes dominantes e das camadas médias urbanas, utilizando a doutrina positivista contra as doutrinas veiculadas pela Igreja Católica e, por extensão, contra o regime monárquico e a escravidão (CUNHA, 2007, p. 64).

A reestruturação e ampliação do ensino superior a partir da transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, complementadas por ocasião do Primeiro Império (1822-1831), foram organizadas em estabelecimentos isolados, tendo sido inúmeras as tentativas para agrupá-los em universidade. Contudo, é importante ressaltar que as transformações materializadas sob a tutela do rei Dom João VI tiveram por objetivos, além da montagem do aparato burocrático-administrativo e militar do Estado, assegurar a formação escolar de nível superior para a elite aristocrática e nobre.

A centralidade das ações no ensino superior e o completo descaso com os demais níveis de ensino reafirmam tal propósito. Ao passo em que se aprofundou a tradição aristocrática inaugurada



no Brasil Colônia, estabeleceram-se as bases para uma transformação cultural que, “embora lenta, culminou de certa forma na introdução de hábitos de pensamento e de ação que vigoravam na Europa e compuseram a ideologia da burguesia brasileira em ascensão no final do século XIX” (ROMANELLI, 1978, p. 39).

Referências

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil (Séculos XVI-XVIII)**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)**. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2002.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. **Obras Econômicas**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

HANSE, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FIALHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13 ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1978.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Ratio Studiorum. **HISTEDBR**, Campinas, Lembrete, s/d. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ratio_studiorum.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.